

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Adesão a plano de gás abre ajuda do Tesouro a Estados.....	2
Título: Tesouro admite risco de receita com cessão onerosa ficar para 2020	3
Título: Destaques	5
Título: Petrobras avalia modelo de venda do refino.....	5
Título: ISA Cteep vê espaço para consolidação de ativos	7
Título: Minério de ferro e petróleo sobem em abril	8
Título: Curtas	10
Título: Voto múltiplo traz disputa para conselho da Vale.....	10
Título: Mineradora cria diretoria para atender Brumadinho.....	12
Título: O capitalismo vence as mudanças no clima?.....	14
Título: Empresas obtêm decisões para receber restituição ou deixar de pagar ICMS-ST	17
Título: Banco estrangeiro amplia oferta de financiamentos em reais.....	19
Título: Sentença afasta IOF sobre receitas de exportação.....	22
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	24
Título: Guedes aceita 'dar' a Estados 20% do pré-sal	24
Título: Por falta de recursos, ministérios podem paralisar serviços a partir de agosto.....	25
Título: Sem desbloqueio, contas de órgãos não fecham	26
Título: Eduardo Bartolomeo assume o cargo de presidente da Vale	27
Título: Contas públicas têm o segundo pior março da série histórica	28
Título: "Vai dar o que falar"	29
Título: Caixa escolhe bancos para ofertas de BB e Alupar	31
Título: O risco Bolsonaro	32

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	33
Título: Gás litorâneo	33
VEÍCULO: O Globo	35
Título: Apagão em hospital	35
Título: No açougue da Petrobras	36
Título: Vítimas de Brumadinho pedirão, em assembleia, paralisação da Vale	37

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Adesão a plano de gás abre ajuda do Tesouro a Estados

A adequação das leis estaduais ao plano de abertura do mercado de gás natural, anunciado pelo ministro Paulo Guedes (Economia), será exigida como uma das contrapartidas à liberação de R\$ 10 bilhões como garantia do Tesouro para ajudar os Estados a terem acesso a financiamentos. Segundo o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, a garantia do Tesouro valerá ao longo do mandato dos atuais governadores.

"O Estado, na medida em que faz o esforço fiscal, terá uma garantia do Tesouro para que siga com sua trajetória de alinhamento, de busca do equilíbrio fiscal. Dentro dessas medidas, desenharemos alguns incentivos ao mercado de gás na estrutura regulatória", afirmou o secretário ao participar do workshop Integração do Gás Natural na Matriz Energética, realizado ontem pelo Ministério de Minas e Energia.

Para Rodrigues, a oferta de garantia é parte solução "conjuntural" oferecida pelo governo federal. O segundo benefício, de caráter "estrutural", envolve o acesso permanente dos Estados aos recursos do Fundo Social, que é abastecido com a renda dos campos do pré-sal. Rodrigues lembrou que a medida já havia sido prometida por Guedes em ocasiões como o Fórum dos Governadores e a Marcha dos Prefeitos.

No caso do Fundo Social, Rodrigues disse que os recursos serão acessados por Estados que cumprirem indicadores sociais relacionados à educação básica e à mortalidade infantil. Segundo ele, a adequação do quadro regulatório do setor de gás também será uma exigência para os governos estaduais usarem o dinheiro do fundo.

Na abertura do evento, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, defendeu a mudança nas leis estaduais como forma de criar o ambiente competitivo no segmento de distribuição de gás natural - atividade regulamentada pelos Estados. Para ele, a estratégia deve permitir o surgimento de consumidores livres, que têm a liberdade para escolher de quem comprar o combustível.

Na visão do ministro, os Estados devem refletir sobre o impacto do atual modelo de cobrança de impostos sobre a competitividade no setor. Ele considera que será preciso aprimorar a lei complementar do ICMS para reconhecer o transporte de gás no sistema de entradas e saídas do insumo.

Presente ao evento, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral, disse que os tributos respondem por 24%, em média, do valor final do gás natural - nos Estados Unidos, essa despesa está limitada a 7%. "Quando olhamos apenas a molécula de gás, chegamos à conclusão de que os preços praticados no Brasil são similares e equiparáveis aos do Reino Unido e da Ásia", disse, destacando que o transporte (gasodutos) é outro componente de custo importante que recai sobre o preço final do gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Ana Krüger | De Brasília

Título: Tesouro admite risco de receita com cessão onerosa ficar para 2020

O Tesouro Nacional avalia como um cenário possível receber recursos da cessão onerosa apenas no ano que vem. Os R\$ 106 bilhões a serem pagos pelas petroleiras vencedoras da disputa amenizariam o déficit primário de R\$ 132 bilhões previsto para este ano, mas eventuais atrasos no processo podem postergar a receita para 2020.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que "o mais provável" é que o pagamento seja feito em 13 de dezembro, já que essa é a data definida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Mesmo assim, afirmou que eventuais atrasos podem jogar a receita para o ano que vem. "Basta uma judicialização e atrasar em 15 dias que o pagamento entrará em janeiro", disse.

O leilão é tratado como uma prioridade pelo governo para este ano, mas a receita com o processo ainda não é considerada oficialmente para 2019 já que não foi incluída no último relatório de avaliação orçamentária - divulgado há cerca de um mês. A justificativa é que ela ainda depende de diferentes etapas e, diante disso, o governo fez uma opção conservadora. "Se por algum motivo entra em 2 de janeiro, a gente ia descumprir a meta", disse. Uma estimativa melhor sobre o pagamento deve ocorrer nos próximos 30 a 40 dias, já que nesse período o tema será analisado por órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Caso o pagamento seja feito ainda neste ano, a tendência é que o valor a ser destinado à Petrobras pela revisão do contrato (R\$ 33 bilhões) seja enquadrado como um crédito extraordinário. Dessa forma, ficaria fora do cálculo do teto de gastos. Se ficar para o ano que vem, será contemplado na Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem.

Também está sendo discutido pelo governo se o bônus do leilão será ou não dividido com Estados e municípios. Por enquanto, está acordado que haverá uma divisão do fundo social do pré-sal - cujos recursos pertencem hoje apenas à União. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que até 70% dos recursos do fundo devem ir para os entes. De qualquer forma, o tema ainda precisa receber aval do Congresso.

Enquanto o leilão é debatido, as contas públicas continuam no vermelho. De janeiro a março, o rombo foi de R\$ 21,1 bilhões - resultado causado pelos dados da Previdência. Apesar de o número ser 13% menor que um ano antes, Mansueto afirmou que a melhora é "temporária" diante do resultado total previsto para o ano. A redução vista no começo do ano ocorreu graças à redução de despesa (corte real de 3,2%, para R\$ 115,5 bilhões), já que a receita líquida ficou praticamente estável (aumento de 0,7%, para R\$ 94,4 bilhões).

O corte tem sido feito basicamente nas discricionárias, já que as obrigatórias precisam ser alteradas pelo Congresso, e isso tem afetado sobretudo os investimentos. De janeiro a março, houve um corte de 30% em relação ao mesmo período de um ano antes - para R\$ 6,2 bilhões. "O investimento já está chegando a um nível crítico. Daqui pra frente, a dinâmica para cumprir o teto terá de ser nas obrigatórias", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/04/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Eletronuclear negocia I

A Eletronuclear, braço da Eletrobras de geração de energia nuclear, iniciará na próxima semana reuniões com empresas estrangeiras interessadas em firmar uma parceria para a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3, no litoral Sul do Rio de Janeiro. As reuniões, que serão feitas por videoconferência, serão para discutir as sugestões das companhias com relação ao processo de consulta sobre o modelo societário para a conclusão da terceira usina nuclear brasileira. No início do mês, a estatal enviou carta-convite com sondagem de mercado para os potenciais parceiros a fim de colher as contribuições. Na mesma semana, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, se reuniu no Rio com executivos de empresas interessadas, para comentar os planos do governo para o setor nuclear.

Eletronuclear negocia II

Ao todo, oito companhias participam do processo: Westinghouse (Estados Unidos), EDF (França), Mitsubishi (Japão), Rosatom (Rússia), Kepco (Coreia do Sul) e as chinesas CNNC, SNPTC e CGN. O objetivo do governo é definir ainda no primeiro semestre o modelo final para a retomada das obras e lançar, no segundo semestre, o edital da concorrência internacional. A expectativa é retomar as obras até 2021 e iniciar a operação da usina em janeiro de 2026.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/04/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Ivan Ryngelblum | Do Rio e de São Paulo****Título: Petrobras avalia modelo de venda do refino**

Definido o pacote de refinarias que a Petrobras colocará à venda, a companhia se debruçará nos próximos meses sobre alguns detalhes importantes sobre a estrutura do plano de desinvestimentos. Segundo duas fontes da administração da petroleira, o debate sobre o modelo de negócios da venda ainda definirá se a empresa venderá suas unidades isoladamente ou em grupos e que ativos de

logística associados (como terminais e dutos) serão ofertados em conjunto com as refinarias.

Esses dois detalhes afetam as perspectivas de atratividade - e, consequentemente, da valoração - do negócio. Quanto mais ativos associados, maior tende a ser o interesse pelas unidades à venda. Uma das fontes destaca que, por isso, a ideia é que as refinarias sejam vendidas junto com suas infraestruturas logísticas associadas, embora o modelo final do desinvestimento ainda não esteja sacramentado.

O Bradesco BBI, por exemplo, estima que a Petrobras pode conseguir levantar entre US\$ 12 bilhões e US\$ 19 bilhões com a venda das oito refinarias, sem a infraestrutura ao redor. Caso os dutos e terminais associados sejam incorporados, a avaliação do parque de refino à venda pode variar de US\$ 13,5 bilhões a US\$ 23 bilhões.

A definição se a empresa venderá suas unidades isoladamente ou em grupo também é aguardada pelo mercado. O plano original de desinvestimento da Petrobras no refino, elaborado ainda na gestão Pedro Parente, previa a venda de fatia de 60% em dois grupos, um no Nordeste e outro no Sul. Existe temor no mercado, contudo, que a venda em grupos possa incentivar a criação de monopólios regionais.

Uma nota técnica do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contesta o modelo original. Segundo a equipe técnica do órgão antitruste, a alienação parcial desses ativos não criaria um "ambiente concorrencial vigoroso". A nota sugeriu que a estatal saísse integralmente das refinarias colocadas à venda, fizesse também algum tipo de desinvestimento no Sudeste e indicou que seria importante vender as refinarias para agentes diferentes, ao invés de se criar "quase monopólios regionais".

A Petrobras já informou que pretende vender oito refinarias que totalizam capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia: Rnest (PE), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná, a Rlam (BA), Regap (MG), Repar (PR), Refap (RS), Reman (AM) e Lubnor (CE).

Ficaram de fora da lista as refinarias dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além da refinaria potiguar Clara Camarão. Juntas, essas seis unidades representam metade da atual capacidade de refino da Petrobras.

O presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, afirmou, em entrevista à GloboNews, na sexta-feira, que espera arrecadar cerca de US\$ 15 bilhões com a venda das refinarias e que prevê concluir o desinvestimento em um ano e meio.

Segundo o Bradesco BBI, a reação negativa no mercado após a recente interferência do presidente Jair Bolsonaro no reajuste do preço do diesel da Petrobras pode espantar alguns compradores, mas que um eventual sucesso na aprovação da reforma da previdência pode ajudar a criar um clima mais favorável aos desinvestimentos.

"Acreditamos que os atuais problemas que a Petrobras teve em elevar os preços domésticos do diesel podem afetar a venda destas refinarias, mas como o diretor-presidente [da Petrobras] disse que o processo deve levar 18 meses, isto dá tempo de o Brasil votar a reforma da Previdência, que deve diminuir a pressão do câmbio sobre os preços dos combustíveis, dando margem de manobra para trabalhar em uma política de preços mais sustentável no longo prazo", cita o banco, em relatório.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: ISA Cteep vê espaço para consolidação de ativos

A transmissora de energia ISA Cteep vê espaço para novas aquisições no mercado, na medida em que projetos licitados em 2016 e 2017 começam a entrar em operação e buscam vendedores. "Acreditamos que haverá um movimento grande de consolidação", disse Reynaldo Passanezi, presidente da companhia, em entrevista ao **Valor**.

Segundo o executivo, mesmo considerando os investimentos projetados para este ano em reforços e melhorias e na construção de novos empreendimentos, a companhia ainda tem espaço para investir mais e continuar crescendo. Entre os potenciais vendedores estão construtoras pequenas e médias e fundos de private equity.

A intenção é garantir receita futura para substituir o que hoje entra no balanço da companhia na forma de remuneração dos ativos antigos de transmissão que tiveram as concessões renovadas nos termos da Medida Provisória (MP) 579, conhecidos pela sigla RBSE. "Vamos substituir a receita do RBSE por investimentos que gerem valor para a companhia", disse Passanezi.

Os dez projetos em construção na carteira da transmissora somam R\$ 2,9 bilhões em investimentos, e vão gerar uma receita anual permitida (RAP) futura de R\$ 448 milhões quando concluídos. Até o fim de março, a companhia tinha desembolsado R\$ 346 milhões nas obras.

No primeiro trimestre do ano, a ISA Cteep teve lucro líquido atribuível aos sócios de R\$ 353,3 milhões, aumento de 58,6% em relação ao mesmo período do ano passado. No mesmo período, a receita somou R\$ 732,3 milhões, alta de 40,4%.

Além do resultado de acordo com padrões contábeis internacionais (IFRS), a Cteep também divulga o resultado regulatório, que considera investimentos como ativo imobilizado e depreciado considerando sua vida útil. Calculado assim, o lucro da companhia somou R\$ 234,1 milhões no trimestre, redução de 23,3%, e a receita caiu 5,2%, para R\$ 694,2 milhões.

De acordo com Passanezi, a diferença se dá por conta das regras contábeis e pela mudança no pagamento das indenizações do RBSE pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Antes os montantes eram pagos em parcelas decrescentes, e agora estão sendo desembolsados de forma linear. "Isso não gera grandes efeitos no resultado IFRS, mas gera no caixa", explicou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Minério de ferro e petróleo sobem em abril

Em um ambiente de incertezas quanto ao ritmo de expansão da economia chinesa e à oferta global de minério de ferro, a percepção quanto aos riscos de restrição de abastecimento prevaleceu em abril e os preços da commodity mais uma vez avançaram. Até ontem, no acumulado do mês, a valorização era de 8,3%. No ano, os ganhos eram mais expressivos, de 29,3%.

Em comentário a clientes há duas semanas, o chefe de pesquisa de Next Generation do Julius Baer, Carsten Menke, lembrava que restrições na oferta levaram os preços do minério aos níveis mais altos em dois anos e, embora não estejam descartadas novas medidas que interfiram nas operações da Vale, parte da oferta foi recomposta com a liberação das atividades da companhia brasileira em Brucutu.

"Como as incertezas prevalecem, acreditamos que os preços do minério de ferro devem permanecer em níveis elevados no curto prazo. De médio a longo prazo, vemos risco de desvalorização, uma vez que o crescimento da oferta deve ser retomado enquanto a demanda das siderúrgicas chinesas deve desacelerar", escreveu Menke.

Segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas da China, as siderúrgicas locais produziram 80,3 milhões de toneladas de aço em março, com alta de 10% na comparação anual. Há receio de que esse nível de oferta já esteja excedendo a demanda.

Ontem, os preços do minério mantiveram-se em trajetória de alta no mercado à vista chinês, acompanhando o desempenho positivo dos contratos de aço no mercado futuro e o maior volume de compras nos portos chineses antes do feriado do Dia do Trabalho, de 1º a 4 de maio.

De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu 0,5%, ou US\$ 0,47, para US\$ 94,05 a tonelada. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos de minério com entrega em setembro mais negociados fecharam o dia com alta de 15,50 yuans, a 634 yuans.

O petróleo também segue na trajetória de alta neste ano. De janeiro até o dia 29 de abril, o segundo contrato do Brent teve apreciação de 32,4%. Já em abril o preço aumentou 5,86%, chegando a ser negociado acima dos US\$ 73. Para o analista de petróleo, gás e energia da XP Investimentos, Gabriel Francisco, ainda há uma indefinição do comportamento do petróleo no mercado internacional, após a decisão do governo de Donald Trump em não renovar as permissões para o Irã negociar o fornecimento com outros países.

"Os Estados Unidos têm como pressionar as decisões de outros países, mas eles não têm soberania nesses mercados", disse Francisco. Ontem o segundo contrato do Brent fechou cotado a US\$ 71,54, queda de 0,12%.

Em relatório, o UBS também considera que as declarações do presidente americano impactam as negociações no mercado internacional. "O Brent de junho [primeiro contrato] está sendo negociado a US\$ 71,73 o barril, recuando US\$ 2,48 o barril em relação ao dia 26. O Brent caiu no mercado europeu na sexta-feira após o anúncio do presidente Donald Trump de que pediu aos países da Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] aumentar a produção de petróleo para baixar os preços. Há um senso entre alguns de que o presidente pode fornecer um teto sobre o preço."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 30/04/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Futuro da Ferrous

A Vale enviou à Superintendência do Cade respostas contra as empresas que pediram a reprovação da compra da Ferrous Resources, com sede em Minas Gerais. A aquisição foi anunciada em dezembro, por US\$ 550 milhões. As companhias que competem com a Vale em terminais portuários dedicados ao minério de ferro, como a Porto Sudeste e a CSN, alegaram que a aquisição poderá provocar efeitos anticoncorrenciais levando a prejuízos nos preços dos produtos aos consumidores. A Vale argumentou que a aquisição da empresa "não tem o condão de gerar efeitos anticompetitivos nos mercados de produção de minério de ferro". As alegações dos concorrentes fizeram com que a Superintendência determinasse que o negócio fosse tratado como complexo. A Superintendência abriu prazo para receber as alegações tanto favoráveis quanto contrárias ao negócio. A expectativa é que os argumentos sobre essa operação e os seus impactos no mercado sejam encaminhados até o fim de maio.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 30/04/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Francisco Góes | Do Rio**Título:** Voto múltiplo traz disputa para conselho da Vale

A Vale vai eleger hoje, pela primeira vez, o seu conselho de administração pelo chamado voto múltiplo, modalidade em que um acionista pode concentrar todas as suas ações em um único candidato ou distribuí-las em diferentes nomes de sua preferência que postulam o colegiado. Nesse cenário, são grandes as chances de eleição de um representante de minoritário indicado por grupo de acionistas liderado por Geração Futuro L. Par, Victor Adler e Vic DTVM.

A expectativa era de que o conselho eleito hoje definisse o novo presidente da companhia. Mas na noite de ontem, a Vale divulgou que o atual conselho confirmou Eduardo Bartolomeo como diretor-presidente. Ele assumiu o cargo de forma interina no início de março, após o afastamento de Fabio Schvartsman. Segundo a Vale, em fato relevante, a escolha de Bartolomeo foi

feita a partir de uma lista preparada pela empresa internacional de seleção de executivos, Spencer Stuart, em conformidade com a governança.

O grupo de investidores minoritários vem tentando, sem sucesso, eleger um conselheiro desde 2015. Agora apontaram Patricia Bentes e Marcelo Gasparino como titular e suplente, respectivamente, para o novo conselho, que vai reger os destinos da mineradora até 2021. Patricia foi eleita este mês para o conselho fiscal da Braskem, enquanto Gasparino entrou no conselho fiscal da Petrobras.

A adoção do voto múltiplo de forma inédita na Vale será possível depois que 7,2% da base acionária da companhia requereram a instalação dessa modalidade de votação para a Assembleia Geral Ordinária (AGO) da mineradora, marcada para esta manhã, no Rio. O percentual mínimo para que o voto múltiplo fosse instalado era de 5% do capital social da empresa, o qual foi superado com folga graças ao mecanismo de voto a distância, usado de forma prévia à assembleia, sobretudo por investidores estrangeiros que formam a maior parte da base acionária da Vale.

Ao ser instalado na AGO, o voto múltiplo vai dissolver automaticamente a chapa de 12 candidatos que havia sido lançada, no fim de março, pelo grupo de controle da Vale (fundos de pensão, BNDESPar, Bradespar e Mitsui). Com a dissolução da chapa, vai se estabelecer uma eleição de "todos contra todos". Cada acionista vai depositar os votos nos candidatos que achar melhor, podendo, inclusive, concentrar todas suas ações em um único nome ou então dividir as ações em vários postulantes.

A chapa dos controladores considera 12 nomes, aí incluídos três conselheiros independentes (*ver quadro acima*). A essa lista é preciso somar o candidato eleito pelos trabalhadores da Vale. Chega-se, portanto, a 13 integrantes. Atualmente, o colegiado da empresa tem 12 vagas já considerando o representante dos trabalhadores. Mas hoje, antes da eleição do novo conselho, será realizada assembleia geral extraordinária para mudar o estatuto da companhia de forma a permitir aumentar o conselho para 13 integrantes.

Logo a seguir irá se instalar a AGO. O quórum previsto pode ficar acima de 70% ou 80%, considerando as últimas assembleias da Vale. Nesse momento, com o voto múltiplo instalado, cada acionista pegará suas ações e fará a distribuição que lhe convier. A disputa será de 13 candidatos por 12 vagas, considerando-se os 12 nomes indicados pelo grupo de controle, sem incluir o representante dos trabalhadores, e o candidato dos minoritários. Alguém vai sobrar.

Patricia chega em boas condições de ser eleita como representante dos minoritários, uma vez que a empresa de recomendação de voto ISS sugeriu aos investidores que depositem seus votos nela. Um interlocutor que acompanha as

discussões previu que o grupo de controle da Vale deve depositar igualmente seus votos entre os 12 candidatos por eles indicados uma vez que somente um dos 12 assentos estará em risco de não ser conquistado.

Essa situação ocorre porque Patricia já conseguiu adesão de 4% da base acionária da Vale via boletim de voto a distância. Para garantir a eleição, porém, os minoritários vão precisar de mais votos. Mesmo assim, esses acionistas confiam que vão obter votos suficientes para superar os controladores em um dos assentos. "O controlador não consegue disputar o 12º assento com chances de vencer", previu fonte ligada aos minoritários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Nova Lima (MG)

Título: Mineradora cria diretoria para atender Brumadinho

A mineradora Vale criou uma diretoria exclusiva para tratar das medidas relativas à tragédia de Brumadinho e o executivo escalado para comandar a área afirma que a empresa não tinha, até o desastre, controles suficientemente independentes para garantir a segurança de suas barragens. Diz também que não é possível assegurar com 100% a certeza que não haverá novos rompimentos.

Aos 50 anos, o engenheiro químico Marcelo Klein está na empresa desde os 27. Exerceu diversos cargos, quase todos em Vitória (ES). Nos últimos anos, atuou na gerência executiva de Excelência Operacional, também na capital do Espírito Santo.

Logo após a queda da barragem de rejeito de minério de ferro da mina do Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho, Klein foi deslocado para atuar na primeira fase dos trabalhos, com as famílias atingidas e órgãos públicos.

Sua atuação acabou lhe rendendo a posição de comando na recém-criada Diretoria Especial de Reparação e Desenvolvimento, com equipes sediadas em Brumadinho e Belo Horizonte.

Indenizações às famílias, retomada na produção em sítios e fazendas, reparação ambiental, medidas de segurança em relação a outras barragens, relação com prefeituras, esses e outros temas - todos sensíveis para a imagem da empresa e para a vida dos atingidos - estarão na pauta de Klein.

O executivo fala em mudanças na rotina da Vale pós-Brumadinho. "Os protocolos estão muito mais rigorosos e a agenda de risco está diária agora, envolvendo todos", afirmou ontem em entrevista ao **Valor**. Na prática, isso significa medidas de checagem e contrachechagem de informações e procedimentos e atuação de áreas e especialistas independentes.

Se isso já não existia? "Existia, mas não tinha um total nível de independência que, no meu ponto de vista, deveria ter", disse ele.

Klein afirmou que o conhecimento técnico deve ser aliado a outro movimento da Vale: informar e deixar bem claro para as pessoas que vivem em áreas próximas a barragens como devem proceder em caso de risco de rompimento.

Perguntado se é possível afirmar que uma tragédia como essa nunca mais se repetirá na Vale, o novo diretor diz que não pode ser categórico. "É possível dizer 'nunca' se o fato gerador for um fenômeno físico conhecido. Pode acontecer só no caso extremo de ter outro fator que fuja completamente do conhecimento dos geotécnicos, dos especialistas." E acrescenta: "Provavelmente isso nunca mais vai acontecer se você estiver par e passo com o melhor conhecimento disponível na área técnica e se você tiver uma excelente gestão."

Sobre as indenizações, a Vale tem negociado individualmente com cada família que perdeu parentes. A empresa informa que já firmou 50 acordos, com indenizações que totalizam R\$ 81,48 milhões. Nem todos ainda foram homologados pela Justiça.

Segundo o Ministério Público do Trabalho, a Vale está oferecendo até R\$ 500 mil para cada parente direto de funcionários ou não funcionários que morreram soterrados em Brumadinho. O MPT tenta elevar esse valor para R\$ 1 milhão por meio de um acordo coletivo e não individualizado. Ao todo, 233 pessoas morreram e 37 continuam desaparecidas.

"Em todas as negociações coletivas que forem construídas, o que tiver de ganho e for além do que a indenização proposta já construída com a Defensoria Pública, quem fechar acordo agora vai ter direito também. Esse é o trunfo da negociação individual. Ela não inibe qualquer avanço coletivo."

Mas Klein diz que indenização financeira não é tudo. Afirmar que o desafio é ajudar os atingidos a retomar o ritmo de suas vidas.

Algumas das medidas relacionadas a segurança de outras barragens que hoje estão com nível elevado de risco em Minas Gerais estão sendo tomadas e devem ser completadas até outubro.

Depois, num prazo de até dois anos, devem estar prontas obras de diques de segurança abaixo dos barramentos. E, em no mínimo três anos, virão as medidas de descaracterização ou descomissionamento de nove barragens no Estado de Minas Gerais.

O que ainda não tem prazo é a resposta para a pergunta: o que exatamente levou ao rompimento? "Eu acho que a questão mais grave nesse processo todo é a gente conseguir realmente explicar no detalhe, com precisão, o que de fato aconteceu. A gente deve isso às famílias das vítimas, a gente deve isso à mineração. Essas mortes todas não podem ser em vão", disse o novo diretor da Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Opinião

Autor: Adair Turner

Título: O capitalismo vence as mudanças no clima?

Quem visitou Londres na Páscoa pôde ver algumas ruas e prédios ocupados por ativistas da "Rebelião contra a Extinção", com seus alertas sobre catástrofes climáticas e sua rejeição a um "sistema capitalista falido". Por sua vez, quem acompanha os comunicados dos bancos centrais também pôde ver o aviso conjunto dos presidentes do Banco da Inglaterra e Banco da França sobre a ameaça que os riscos climáticos representam para os lucros empresariais e a estabilidade financeira em geral.

Os dois tipos de manifestação colocam em evidência a gravidade dos problemas climáticos enfrentados pelo mundo. Apenas alertas, no entanto, não vão ser suficientes para solucionar o problema, a menos que os governos nacionais criem metas ambiciosas e realistas para eliminar as emissões de dióxido de carbono e outros gases causadores do efeito estufa e as apoiem com medidas para assegurar que essas metas sejam atingidas. Chegar a emissões líquidas zero de CO₂ até, no mais tardar, 2050 deveria ser um objetivo definido por lei em todas as economias desenvolvidas.

O comunicado conjunto dos presidentes dos dois bancos centrais, somado à exigência de uma divulgação mais clara pelas empresas dos riscos relacionados ao clima, reforçaram o otimismo em alguns âmbitos quanto à viabilidade de

uma solução alinhada ao livre mercado. Diante da queda do custo das fontes renováveis de energia, que ameaça deixar as empresas de combustíveis fósseis com "ativos encalhados", espera-se que os investidores bem informados deixem de financiar empresas ainda à procura de novas reservas de petróleo e gás ou montadoras ainda empenhadas em utilitários esportivos de alto consumo de gasolina.

Há limites, no entanto, para o que é possível fazer estando bem informado e sendo presciente. O mesmo dinamismo capitalista que reduz o custo das fontes renováveis também diminui drasticamente o custo da produção do gás de xisto. Além disso, se os governos não impuserem regras e impostos sobre as emissões para favorecer as tecnologias de baixa emissão de carbono, é possível que os combustíveis fósseis continuem sendo sempre a opção mais barata para determinadas funções.

Se essas regras e impostos forem procrastinados por muito tempo, investidores que sabem pensar à frente, mas não têm muitos escrúpulos, seriam capazes de lucrar com projetos que nos aproximariam das catástrofes climáticas. Os ativistas da "Extinction Rebellion", nome do movimento dos ativistas em Londres, estão certos ao achar que o capitalismo, deixado por si só, não tem condições de resolver este problema.

Uma vez que os investidores saibam que o destino final, não negociável, é de emissões zero até 2050, eles vão abandonar qualquer empresa cujos planos sejam incompatíveis com esse objetivo. Apenas metas claras podem levar a mudanças benéficas

Em vez disso, os ativistas defendem compromissos públicos para atingir as emissões líquidas zero até 2025. "Mas "zero em 2025" significaria um impacto enorme no padrão de vida e ameaçaria o apoio público a ações menos extremas, mas também eficazes. O Reino Unido teria que acabar com o aquecimento central a gás de mais de 20 milhões de residências. Seria quase impossível construir uma capacidade de geração eólica e solar com rapidez suficiente para produzir um volume equivalente de energia em forma de eletricidade. Emissões zero também exigem aposentar os carros a gasolina ou diesel. Além disso, as ruas podem ser ocupadas por oponentes a uma rápida transição energética, como mostraram os "gilets jaunes", os "coletes amarelos" franceses. Precisamos de tempo para administrar o caminho rumo a uma economia de carbono zero.

Quanto tempo temos, então? As melhores evidências científicas, incluídas no mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), sustentam que o objetivo deveria ser limitar o

aquecimento mundial a 1,5° acima do nível médio pré-industrial. Isso exigiria chegar a emissões zero de CO₂ em 2050 ou bem pouco depois.

Conseguir isso vai exigir grandes investimentos em novas fontes de energia e aperfeiçoar a eficiência energética. Isso, sem margem a dúvidas, é tecnicamente possível, como mostra o recente relatório "Missão Possível" da Comissão de Transições de Energia (ETC). Com um prazo de 30 anos poderíamos progredir para um mundo sem veículos a gasolina ou diesel.

Os custos econômicos agregados dessa transição vão ser baixos e em alguns setores, triviais. Produzir carros com aço de carbono zero até 2040 ou 2050 provavelmente aumentaria os custos de produção e os preços em menos de 1%. Mas vamos precisar de mudanças comportamentais e de aceitação popular para alguns desses custos adicionais. A aviação de carbono zero deverá ser mais cara - talvez de 10% a 20% - e atualmente não há um caminho claro para uma agricultura de emissões zero sem grandes reduções no consumo de carne vermelha.

Para assegurar o rápido avanço a uma economia mundial de emissões líquidas zero, os países deveriam criar metas de cumprimento obrigatório. Atualmente a Lei de Mudanças Climáticas do Reino Unido, de 2008, exige que as emissões em 2050 sejam 80% menores do que as de 1990, enquanto as cinco metas anuais intermediárias definidas pelo Comitê de Mudanças Climáticas (CCC) têm encorajado progressos substanciais. Em 2017, as emissões britânicas caíram 40% (em comparação aos 28% da Alemanha) e a intensidade de carbono da geração de eletricidade diminuiu 60% nos últimos dez anos.

Em 2 de maio, o CCC do Reino Unido vai recomendar um rigor bem maior nas metas, que provavelmente vão passar a exigir emissões zero até 2050. Um ponto crucial é que "zero" realmente tem que ser "zero". O Reino Unido deveria ter uma economia genuinamente com emissões zero, em vez de tentar conseguir as chamadas "compensações" em outros países.

Todos as demais economias desenvolvidas deveriam comprometer-se agora com o objetivo de emissões zero até 2050 ou até antes em países com energia solar, eólica ou hidrelétrica abundantes. O mesmo vale para a China, que almeja ser - e quase certamente será - uma economia de alta renda plenamente desenvolvida até 2049.

E uma vez que os investidores saibam que o destino final, não negociável, é de emissões zero até 2050, eles vão abandonar qualquer empresa cujos planos sejam incompatíveis com esse objetivo. Apenas metas claras podem transformar o autointeresse racional de uma força potencialmente catastrófica

em um potente propulsor de mudanças benéficas. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Adair Turner, presidente do Instituto para o Novo Pensamento Econômico e ex-presidente da Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido, é presidente da Comissão de Transição Energética. Copyright: Project Syndicate, 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Laura Ignacio | De São Paulo

Título: Empresas obtêm decisões para receber restituição ou deixar de pagar ICMS-ST

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que definiu, em 2016, o direito das empresas ao ressarcimento do ICMS-Substituição Tributária (ST) pago a mais não finalizou a discussão. No Rio Grande do Sul, empresas questionaram na Justiça norma editada pelo Estado após a decisão e conquistaram dois importantes precedentes.

Um grupo de mais de dois mil postos de combustíveis obteve o direito de receber a restituição do ICMS-ST em dinheiro ou vender créditos a terceiros. Já uma concessionária de veículos conseguiu a primeira decisão de mérito da qual se tem notícia que a desobriga de complementar o valor do imposto, em caso de recolhimento a menor.

Segundo a decisão do Supremo, a restituição é devida pelos Estados quando o produto for vendido por um preço menor do que o estipulado para o recolhimento do ICMS-ST. Com o entendimento, Estados como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul editaram normas para restituir as empresas com créditos e começar a cobrar a diferença - quando o preço ao consumidor for maior do que o usado para o cálculo do tributo.

Como a restituição tem sido feita por meio de créditos, quem não tem débitos para fazer a compensação tem recorrido à Justiça. A situação é comum entre exportadores, por exemplo. Eles pedem para receber em dinheiro ou vender os créditos a outras empresas.

Na 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), os desembargadores entenderam que a restituição pode ser feita "em pecúnia ou mediante transferência dos créditos". Prevaleceu o voto do presidente da Corte, desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa, que analisou o Decreto Estadual nº 54.308, de 2018.

A decisão (processo nº 70080559354) beneficia o Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Estado do Rio Grande do Sul (Sulpetro), que reúne aproximadamente 2,7 mil postos do Estado. Segundo o advogado Thiago Tobias Bezerra, do escritório Tobias Adv e representante do sindicato no processo, como o estoque de combustíveis não dura mais do que uma semana nos postos, o setor é gerador de créditos do tributo e os acumula.

Já uma empresa de comércio de veículos gaúcha conseguiu na 22ª Câmara Cível do TJ-RS decisão que a libera de pagar a complementação de ICMS-ST. Os desembargadores negaram recurso de apelação do Estado, mantendo o entendimento da primeira instância. "Sem razão o Estado do Rio Grande do Sul quando alega ser devida a complementação do imposto acaso a venda tenha se dado em valor superior à base presumida, notadamente porque no julgamento do RE 593849 [STF] não houve debruçamento sobre tal hipótese", diz o acórdão (processo nº 70079755724).

Por nota, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul diz estudar os casos e que há também julgado favorável à complementação de ICMS-ST no TJ-RS (processo nº 70080368475).

O advogado Rafael Nichele, da banca de mesmo nome, lembra, porém, que a decisão do Supremo, de 2016, nada falou sobre complementação de ICMS-ST. "A cobrança é uma forma de os governos tentarem reverter os prejuízos causados pela decisão, diante do atual cenário econômico dos Estados", diz.

Segundo Anderson Trautman Cardoso, advogado do Souto Correa e representante da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), as empresas gaúchas têm procurado a Justiça porque o Decreto nº 54.308, de 2018, criou uma burocracia enorme para a restituição de ICMS-ST. A mesma situação, acrescenta, é enfrentada em outros Estados. "Vários grandes varejistas são extremamente afetados. Enfrentam grande dificuldade para apurar o valor a receber", diz.

Ao menos no Rio Grande do Sul há chances de mudanças, segundo o advogado. Na quarta-feira, Cardoso participou de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado sobre o tema. "Foi criado um grupo de trabalho formado por deputados, representantes da Fazenda e entidades empresariais para mediar a revisão do decreto."

Em Minas Gerais, para evitar novos embates judiciais, o governo editou em fevereiro o Decreto nº 47.621. A norma permite que os contribuintes optem, anualmente, por abrir mão do ressarcimento e, ao mesmo tempo, deixar de ter pagar eventual complementação de ICMS-ST. Na semana passada, por meio do

Comunicado nº 3, a Superintendência de Tributação mineira prorrogou o prazo para essa opção para 15 de maio, com efeito retroativo a 1º de março.

De acordo com Hugo Reis Dias, do HRD Advogados, a opção é importante porque algumas empresas desistiram da restituição por causa da burocracia contábil. "Em Minas só é possível obter a restituição via créditos de ICMS e, em alguns casos, eles nunca seriam utilizados", diz.

Dias acrescenta que foram colocados muitos empecilhos à restituição. "É o mesmo que não restituir", afirma. Por isso, entidades empresariais teriam lutado pela alternativa instituída pelo Decreto nº 47.621. "Agora, só clientes com altos valores a restituir e que topam a burocracia vão ficar no regime da restituição/complementação."

Tanto a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul como a de Minas Gerais disseram que ainda não conseguem mensurar quanto podem receber de complementação de ICMS-ST.

Já a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina afirma por nota que, segundo análises preliminares, "os valores a complementar serão superiores aos valores a restituir". Diz ainda respeitar o princípio constitucional da anterioridade ao cobrar a complementação, criada por meio da Lei nº 17.538, de 2018, só em relação às vendas realizadas a partir deste ano.

Em São Paulo, a Secretaria da Fazenda e Planejamento também não tem a previsão financeira da complementação a receber. Mas defende que a decisão do Supremo admite a cobrança. Por outro lado, diz estudar a adoção da opção oferecida em Minas Gerais. "É uma alternativa que será avaliada adequadamente pelas equipes técnicas do Fisco paulista", afirma por meio de nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira e Flávia Furlan | De São Paulo

Título: Banco estrangeiro amplia oferta de financiamentos em reais

A perspectiva de mais investimentos no país tem levado bancos estrangeiros a se organizar para financiar empresas brasileiras em reais, algo que boa parte deles só fazia pontualmente.

O grande atrativo são os projetos de infraestrutura esperados para os próximos anos, mas setores como energia, saúde e educação também estão no radar.

Como essas atividades normalmente têm receita em reais, os clientes costumam buscar opções de financiamento que casem as moedas. Até agora, quase todo esse espaço era preenchido por bancos locais, BNDES e algumas operações no mercado de capitais doméstico.

No entanto, a estabilização da taxa Selic num patamar baixo tornou mais competitivas as operações na moeda brasileira - o que vem estimulando a procura das empresas, por um lado, e o maior interesse das instituições estrangeiras, por outro.

"O mercado como um todo está discutindo mais operações em reais. Há uma demanda mais forte por recursos em moeda local com a queda da taxa de juros", afirma André Cury, corresponsável pela área de corporate banking do Citi. "E, agora, o spread em reais está menor que o spread em dólares."

Para se posicionar, os bancos estão atuando de duas formas: na oferta de empréstimos e na estruturação de emissões de dívida no mercado doméstico, em que também oferecem garantias de colocação caso os papéis não sejam absorvidos pelo mercado.

O japonês Mizuho mapeou potenciais privatizações e investimentos em infraestrutura para oferecer garantias, empréstimos-ponte e até operações de prazo um pouco mais longo em privatizações, concessões e projetos de infraestrutura. "Essas vão ser as grandes alavancas do mercado, com o BNDES recuando", afirma o chefe das áreas de banco de investimentos e de atacado do Mizuho, Claudio Pitchon.

Segundo o executivo, é natural que a maior parte das transações do banco continue sendo em dólar, mas os empréstimos em reais vêm ganhando importância. O Mizuho também vai criar uma estrutura de distribuição para atuar no mercado de renda fixa local. A instituição tem R\$ 853 milhões em capital no país, depois de um aumento de quase R\$ 35 milhões no ano passado. "Nossa carteira de crédito ainda é pequena", diz Pitchon. "Uma capitalização para aumentar o balanço pode ser feita num segundo estágio, mas isso ainda está sendo refinado."

O francês BNP Paribas fez uma aposta grande ao anunciar, neste ano, um aporte de R\$ 1 bilhão na subsidiária brasileira. Com os recursos, terá mais balanço para

disputar as operações. Para Ernesto Meyer, responsável pela área de empréstimos corporativos, o interesse em atuar na moeda brasileira existiria independentemente do aporte.

A liquidez internacional favorece a disponibilidade de recursos para o país, mas não quer dizer que a atuação dos estrangeiros não continue seletiva. Segundo Meyer, a disposição é maior para o segmento de grandes empresas, com Ebitda anual acima de R\$ 300 milhões, porém os bancos olham sobretudo para a capacidade de pagamento dos clientes a partir da geração de caixa.

A demanda tem derrubado as taxas cobradas nas operações em reais. No início do ano passado, o BNP liderou uma emissão de debênture para um cliente do setor elétrico a 116% do CDI e prazo de cinco anos. Segundo Meyer, a taxa para a mesma empresa caiu a 110% do CDI neste ano. O banco não revelou o nome da companhia.

As modalidades mais comuns têm sido as cédulas de crédito bancárias (CCB) e as debêntures emitidas sob a instrução normativa 476, da Comissão de Valores Mobiliários, que prevê esforços restritos de colocação. Boa parte dos títulos emitidos é absorvida pelos balanços das instituições financeiras.

"Companhias que captavam lá fora agora também estão demandando aqui", afirma Cury, do Citi. Como exemplo, aponta a Petrobras, tradicional emissora de bônus, que captou R\$ 3,6 bilhões em debêntures em fevereiro.

Com R\$ 4,1 bilhões em capital e presença centenária no Brasil, o banco americano já realizava operações em reais, mas tem visto a demanda crescer. Numa das transações, atuou na perna de curto prazo do financiamento de R\$ 900 milhões feito pela operadora NotreDame Intermédica para adquirir a GreenLine no ano passado.

O Goldman Sachs tem usado o balanço principalmente para garantir emissões de renda fixa no mercado de capitais. Foi o caso dos R\$ 3,4 bilhões em debêntures emitidas pela Centrais Elétricas de Sergipe (Celse) em 2018. "Nossa disposição não é nova, mas há um ano e meio não se viam tantos 'players'", afirma Rodolfo Soares, corresponsável pelo banco de investimentos do Goldman no país.

O banco americano também já tinha aprovação para financiar a aquisição da TAG, da Petrobras, mas o consórcio apoiado por ele - formado pelo Mubadala e pela EIG Global Energy Partners - foi derrotado na disputa pela Engie.

Soares afirma que o Goldman Sachs está aberto a fazer também empréstimos na moeda brasileira, dependendo da operação, e diz que a instituição não teria restrições de capital para isso.

As operações em reais, por enquanto, estão mais concentradas nos segmentos de transmissão e geração de energia e rodovias, mas a expectativa é que outros setores passem a demandar recursos, como portos, energia solar e empresas de educação.

"Temos uma expectativa grande e positiva à medida que novos setores demandem funding em moeda local", diz Renato Ajimura, responsável pela área de multinacionais do MUFG. "A perspectiva é de maior uso do balanço local."

O banco japonês ampliou a equipe e passou a fazer novos produtos. Além de empréstimos na moeda brasileira, o MUFG tem feito operações com dólar e swap para reais - o que foi possível por meio de um reforço na tesouraria. Em paralelo, tem atuado em operações no mercado de capitais. Em janeiro, coordenou a emissão de R\$ 250 milhões em debêntures da EDP Transmissão SP-MG.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Joice Bacelo | De Brasília

Título: Sentença afasta IOF sobre receitas de exportação

Uma empresa do setor de petróleo obteve sentença que a libera do pagamento de IOF sobre receitas de exportação. Esse tema vem sendo discutido no Judiciário desde o início do ano, quando os bancos começaram a enviar cartas aos exportadores para avisar que, em razão de um novo entendimento da Receita Federal, passariam a reter 0,38% de imposto.

Essa é a primeira sentença contra a cobrança que se tem notícia. Foi proferida pela 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Já há, no entanto, liminares concedidas em favor das empresas - tanto no Rio como em São Paulo e Minas Gerais. Os juízes têm aceitado a argumentação de que o Decreto nº 6.306, de 2007, garante alíquota zero nas operações de câmbio realizadas na entrada dessas receitas no país.

As cartas enviadas pelos bancos têm como base a Solução de Consulta nº 246, editada em dezembro pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita. No texto consta que "se os recursos inicialmente mantidos em conta no exterior

forem, em data posterior à conclusão do processo de exportação, remetidos ao Brasil, haverá incidência de IOF à alíquota de 0,38%".

A Receita interpreta que o ciclo da exportação se encerra com o recebimento dos recursos em conta mantida no exterior. Por isso, se o exportador decidir remeter os recursos ao Brasil em data posterior a do depósito, não terá mais direito à alíquota zero.

Os bancos decidiram seguir o entendimento porque são os responsáveis pela retenção automática do IOF e podem ser cobrados caso o imposto não seja recolhido. Essa cobrança tem impacto principalmente para as empresas dos setores de mineração, óleo e gás e agronegócio, que são majoritariamente exportadoras.

"Os contribuintes foram surpreendidos por um aumento de carga tributária. E, pior, aumento que parte de um ato da Receita Federal e não de uma lei. A lei que existe hoje não determina prazo para a entrada das receitas de exportação no país", diz o advogado Julio Janolio, sócio do Vinhas e Redenschi Advogados, representante da empresa que obteve a sentença (mandado de segurança nº 5012810-83.2019.4.02.5101).

Julio Janolio e o seu colega no caso, o advogado Victor Amaral, afirmam que receber dinheiro no exterior é algo "completamente natural" entre exportadores e que há inclusive permissão prevista em lei para que tenham conta fora do país. "O exportador geralmente tem obrigações no exterior a pagar em dólar. Financiamento e importação de insumos, por exemplo. Em vez de fazer um contrato de câmbio de entrada e outro de saída, a empresa deixa o que precisa fora e traz o restante", complementa Janolio.

O juiz Wilney Magno de Azevedo Silva, da 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que julgou o processo, já havia concedido liminar para a empresa. Ele decidiu que a Receita não pode cobrar o IOF, nem considerar tais valores como devidos e usar isso como um impeditivo para a renovação da certidão fiscal ou inclusão do nome da companhia em cadastros de inadimplentes. Determinou ainda o envio de ofício, informando sobre a decisão, ao Banco Central.

Especialista em tributação, Leo Lopes, sócio do FAS Advogados, diz que a permissão para manter o dinheiro fora do país foi instituída tanto pelo governo como pelo Banco Central para proteger os exportadores de variações cambiais. "Porque no mesmo dia em que a empresa recebe, às vezes, o dólar pode ter subido ou caído muito em relação ao real. Se tiver que internalizar aquele valor imediatamente, ela poderia, por exemplo, receber muito menos do que se pudesse esperar uma semana, um mês ou o que for", afirma.

Não faria sentido, na visão do advogado, criar esse mecanismo de proteção e ao mesmo tempo exigir o IOF porque o dinheiro não foi trazido para o Brasil no mesmo dia em que a empresa recebeu, em conta no exterior, pelos serviços prestados.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi procurada pelo **Valor**, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Guedes aceita 'dar' a Estados 20% do pré-sal

Contrapartida seria avanço na reforma da Previdência; leilão deve render R\$ 106 bi

O ministro da Economia, Paulo Guedes, aceita distribuir uma parcela dos R\$ 106 bilhões previstos com o megaleilão do pré-sal para os Estados desde que haja avanço na votação da reforma da Previdência. Uma das alternativas em discussão é dividir até 20% do chamado bônus de assinatura, que é o pagamento que a empresa ganhadora fará ao governo quando assinar o contrato de exploração da área leiloadas. A discussão faz parte das negociações que estão em andamento para a mudança da emenda do teto de gasto, o limitador do crescimento das despesas e principal âncora da política fiscal brasileira. Como antecipou o Estado, a mudança da emenda é necessária para que haja o pagamento de R\$ 33,6 bilhões (US\$ 9 bilhões) que a União deve à Petrobrás pela revisão da chamada cessão onerosa de exploração do pré-sal.

Em 2010, a União e a Petrobrás assinaram o acordo da cessão onerosa, que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo na bacia. À época, a Petrobrás pagou R\$ 74,8 bilhões. A estimativa do governo federal, porém, é que a área pode render mais 6 bilhões de barris, e, diante disso, a União pretende fazer um megaleilão do volume excedente, marcado para o fim de outubro. A alteração no teto será feita na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Orçamento impositivo em tramitação na Câmara. A PEC, que engessa ainda mais o Orçamento e torna obrigatório o pagamento de despesas como as emendas parlamentares de bancada, foi aprovada no Senado com modificações e retornou à Câmara.

Se houver mudanças, o texto terá de ser votado também no Senado. A negociação é delicada para a área econômica, que enfrenta dificuldades no Orçamento. Esses recursos são fundamentais para fechar as contas públicas e,

por isso, há resistências dentro da própria equipe de fazer a partilha do bônus de assinatura. Há uma preocupação também com o risco de parlamentares aproveitarem a mudança no teto de gasto para incluir outras exceções no limite de despesas. Já existe um movimento para retirar do teto também os gastos com investimentos.

Fundo Social. O ministro Paulo Guedes já tinha acenado com a distribuição de até 70% das receitas do Fundo Social do pré-sal, abastecido com o dinheiro dos royalties e participações especiais. Um integrante da equipe econômica destacou ao Estado que não é possível fazer a divisão do bônus de assinatura num patamar elevado devido à necessidade do ajuste fiscal e redução do rombo nas contas públicas. A fonte lembrou que tem havido muita confusão de entendimento dos dois temas: o bônus de assinatura e o fundo social do pré-sal. O governo vai precisar incluir o pagamento à Petrobrás na lista de exceções de despesas no limite do teto. Hoje, só ficam fora do teto as transferências constitucionais, créditos extraordinários, capitalização de empresas estatais e gastos da Justiça com as eleições.

Sem essa exceção nas regras, o Tesouro não poderia fazer o pagamento à Petrobrás porque esse gasto é considerado uma despesa que impacta no resultado primário – que não leva em conta as despesas com o pagamento de juros – e não há espaço no teto para acomodar o volume de recursos tão elevados devidos pela União à Petrobrás. O pagamento previsto no acordo de revisão da cessão onerosa é necessário para a realização do leilão do excedente dos barris de petróleo encontrado na área da cessão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli

Título: Por falta de recursos, ministérios podem paralisar serviços a partir de agosto

Sob pressão. Bloqueio de quase R\$ 30 bi no Orçamento e ausência de sinais de melhora na arrecadação ou de alívio nas despesas comprometem funcionamento de áreas como ciência e tecnologia, bolsas de estudos e o programa Minha Casa, Minha Vida

O bloqueio de quase R\$ 30 bilhões nas despesas do Orçamento impõe uma espécie de “shutdown branco” aos ministérios por falta de recursos, uma paralisa da máquina pública que pode se agravar a partir de agosto. Algumas áreas sentem os efeitos do arrocho, como ciência e tecnologia, bolsas de estudos, repasses do Minha Casa, Minha Vida, tarifas bancárias, o Censo

Demográfico e até mesmo os compromissos do governo brasileiro com organismos internacionais. A situação tende a piorar e afetar áreas mais sensíveis para a população, porque, até agora, a área econômica não vê sinal de melhora na arrecadação ou alívio significativo nas despesas.

Técnicos do governo ouvidos pelo Estadão/Broadcast avaliam que julho vai ser o mês limite para algumas pastas. É quando se prevê que não será possível barrar os efeitos mais nocivos do shutdown, como em 2017. Durante o governo Michel Temer, a população ficou sem emissão de passaporte, houve suspensão das atividades de escolta e fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e o atendimento das agências do INSS ficou prejudicado. A equipe econômica corre para buscar receitas e reduzir despesas, como de **subsídios**, mas já precisa resolver problemas mais imediatos, como a liberação de R\$ 2,8 bilhões para o Minha Casa Minha Vida, manutenção de estradas e atender a demandas dos caminhoneiros.

Para isso, terá de fazer um aperto adicional em outros ministérios. Diante da pressão do setor da construção, o Ministério da Economia precisou entrar em campo para evitar um estrangulamento financeiro das empresas, que estavam entregando as casas sem receber do governo. A equipe econômica arrumou um extra de R\$ 800 milhões para o MCMV. Mas o ministro de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, avisou que o dinheiro a mais acaba em junho. Os recursos para a área científica são os mais afetados com o corte de 42%. O funcionamento de agências como CNPq, Finep e Capes está ameaçado.

O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, alertou que o dinheiro só garante o pagamento das bolsas de pesquisa até setembro. Em outras frentes, o governo já começou a dar calote: tem uma dívida de cerca de R\$ 400 milhões com a Caixa Econômica Federal em tarifas bancárias cobradas pelo banco para gerir os programas federais. Procurada, a Caixa não respondeu sobre os atrasos. O Brasil também tem dívidas que chegam a R\$ 4 bilhões com organismos internacionais, sendo cerca de R\$ 2 bilhões com a Organização das Nações Unidas (ONU). O passivo pode chegar a R\$ 6,2 bilhões até o fim deste ano, mas o Orçamento só prevê R\$ 532,9 milhões para esses pagamentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Sem desbloqueio, contas de órgãos não fecham

O governo iniciou levantamento dos órgãos que sentirão com maior intensidade os efeitos da paralisação. O tema foi discutido pela Junta de Execução

Orçamentária, que reúne Ministério da Economia e Casa Civil. Avaliação indica que poucos resistem até o fim do ano sem que haja desbloqueio das despesas contingenciadas. Por isso, o governo corre para garantir recursos do megaleilão do pré-sal, previsto para outubro. O coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, Manoel Pires, destaca que, na apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, o governo reduziu ainda mais a previsão das despesas discricionárias (não obrigatórias) para este ano, de R\$ 90 bilhões para R\$ 86,1 bilhões, valor já considerado crítico para o funcionamento da máquina administrativa. Mesmo antes do corte, os órgãos já sentiram o arrocho não só pelo fato de ser uma nova administração, mas pela restrição orçamentária, com reflexos no funcionamento de universidades, hospitais e na distribuição de livros didáticos.

“Há vários hospitais que não conseguem atender a população e o tempo médio que o brasileiro fica na fila aumenta”, diz. “Há vários elementos que indicam que, com esse nível de despesa discricionária, a gente está funcionando em algum nível de paralisia, de shutdown”, afirma o economista. Segundo ele, a situação é cada vez mais recorrente. O maior problema são os investimentos, que continuam no menor nível histórico. Para amenizar o quadro, o governo trabalha para garantir a privatização da Eletrobrás e o megaleilão das áreas do pré-sal ainda este ano. Só quando houver certeza de que esse dinheiro vai ingressar nos cofres do Tesouro, a equipe econômica poderá incluir os recursos na previsão do Orçamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Economia

Autor: Renato Carvalho

Título: Eduardo Bartolomeo assume o cargo de presidente da Vale

Executivo estava na função interinamente desde o afastamento de Schvartsman após a tragédia de Brumadinho

O conselho de administração da Vale elegeu ontem Eduardo Bartolomeo como novo diretor-presidente da mineradora. Ele fazia parte de uma lista preparada pela consultoria Spencer Stuart e estava no cargo interinamente desde o afastamento de Fabio Schvartsman. “Assumo o compromisso de liderar a Vale no momento mais desafiador da sua história”, disse ontem em nota Bartolomeo. O executivo, de 54 anos, está na Vale há dez anos e teria sido um dos finalistas no último processo seletivo para a presidência da mineradora, que levou à escolha de Schvartsman, em maio de 2017. Ele já foi diretor executivo de Logística e, mais recentemente, exerceu o cargo de diretor de Metais Básicos

no Canadá. Antes da mineradora, Bartolomeo trabalhou na Ambev entre 1994 e 2003.

Em fato relevante, a mineradora informou que Schvartsman, que foi afastado do cargo de diretor-presidente com outros três executivos após a tragédia em Brumadinho, permanece na Vale como diretor executivo estatutário, mas ainda em situação de afastamento. A saída de Schvartsman e dos outros diretores foi decidida por recomendação da força-tarefa que investiga a tragédia que deixou um rastro de destruição e mortes na cidade da Grande Belo Horizonte. Até agora, 186 pessoas morreram e outras 122 estão desaparecidas. O documento com o pedido de afastamento foi assinado por representantes do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual de Minas Gerais e da Polícia Federal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Contas públicas têm o segundo pior março da série histórica

Rombo no mês ficou em R\$ 21,1 bi e deixa longe meta do ministro Paulo Guedes de zerar déficit primário ainda este ano

As contas do governo federal registraram rombo de R\$ 21,1 bilhões em março e deixaram ainda mais distante a promessa feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de zerar o déficit primário ainda neste ano. Resultado é o segundo pior para o mês da série histórica, que tem início em 1997. No primeiro trimestre, o resultado do governo central – que inclui Tesouro Nacional, INSS e Banco Central – está deficitário em R\$ 9,3 bilhões. A meta de gastos estipulada para este ano é de R\$ 139 bilhões. Há déficit quando receita com impostos e contribuições são inferiores às despesas, excluindo o pagamento com juros da dívida pública – conceito primário. Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, reconheceu que é difícil o governo conseguir zerar o déficit nas contas públicas ainda este ano e disse não se lembrar da promessa feita por Guedes – que consta no plano de governo do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro.

“Zerar déficit é só ao longo dos anos”, disse Mansueto. “Não me lembro de o ministro ter feito essa promessa. Vou checar isso.” Nem mesmo o dinheiro do megaleilão de petróleo do pré-sal programado para este ano, que renderá R\$ 72 bilhões líquidos à União, pode ser suficiente para zerar o déficit. Em sumário executivo distribuído pelo Tesouro, o governo faz a avaliação de que, sem o leilão, um déficit em 2019 menor que no ano passado (R\$ 120,2 bilhões) “já

seria um enorme ganho”, indicando as dificuldades da equipe econômica em assegurar a redução gradual do rombo nas contas. Em 12 meses, o governo central apresenta um déficit de R\$ 118,6 bilhões – equivalente a 1,68% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em março, o valor só não foi pior porque foram pagos R\$ 2,8 bilhões em dividendos por estatais como Banco do Brasil e Caixa Econômica. Além disso, houve queda na despesa primária relacionada à dificuldade burocrática que os ministérios enfrentam para executar despesas, o chamado empoçamento, que já acumula R\$ 12 bilhões neste ano. Segundo Mansueto, o problema de 2019 é que a arrecadação está fraca – houve crescimento de apenas R\$ 226 milhões no 1.º trimestre em relação ao mesmo período de 2018, enquanto, no 1.º trimestre de 2018 havia subido R\$ 22 bilhões. Ele ressaltou, porém, que não está nos planos do governo a criação de novos tributos e reafirmou que o ajuste precisa ser feito pelo lado da despesa, principalmente com a aprovação da reforma da Previdência.

Investimentos. Com crise, gastos mais sacrificados são os investimentos, que não são “amarrados” no Orçamento, por não serem obrigatórios. Sem instrumentos para controlar os avanços das despesas obrigatórias, como salários e benefícios previdenciários, o governo tem tido de sacrificar os investimentos públicos que devem ficar em 0,5% do PIB em 2019. Desde março de 2010, houve crescimento real de 38,1% nas despesas obrigatórias. Nos gastos discricionários, que incluem investimentos, houve queda de 2,6%, já descontada a inflação. “Fechar dois ou três ministérios pode até ajudar, mas é muito pouco”, disse Almeida.

Para o economista da Austin Rating, Alex Agostini, o resultado do primeiro trimestre acende uma luz amarela em relação à urgência de uma interação melhor do governo com o Legislativo, principalmente para fazer andar a reforma da Previdência. “O resultado de hoje reforça a necessidade de fazer um corpo a corpo com o Congresso para buscar o equilíbrio mais rapidamente”, disse. / LORENA RODRIGUES e I.T. COM COLABORAÇÃO DE BÁRBARA NASCIMENTO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Eliane Cantanhêde

Título: "Vai dar o que falar"

O presidente Jair Bolsonaro deu boas notícias ontem a um setor fundamental não apenas para o seu governo, mas para a própria economia brasileira: o

agronegócio. A questão é que, ao agradar ao setor, o presidente está desagradando a outros setores. "Vai dar o que falar", admitiu ele após uma das notícias. Acertou em cheio.

Depois de torrar bilhões de reais da Petrobrás por ingerência no preço do diesel e de dividir o Planalto ao vetar uma propaganda do Banco do Brasil para o público jovem, o presidente voltou à carga ontem contra a autonomia das estatais, aliás, do mesmo BB. Apelando até ao "coração e ao cristianismo" do presidente do banco, pediu a redução dos juros no crédito rural. Essa é uma forte reivindicação do setor, que adorou a iniciativa. Mas o mercado se arrepiou mais uma vez e as ações do banco sofreram.

Bolsonaro também aproveitou a Agrishow, a maior feira de agronegócio da América Latina, para anunciar que enviará ao Congresso uma proposta para isentar de punição o produtor rural que atirar em invasores de sua propriedade. Para o pessoal de Direitos Humanos, corresponde a uma licença para matar. E não só invasores, mas concorrentes e desafetos.

Por fim, o presidente anunciou R\$ 1,5 bilhão para a agricultura e avisou que está fazendo "uma limpa" no Ibama e no Instituto Chico Mendes (ICMBio) e adorou a ida de policiais militares para o instituto, anunciada pelo Ministério do Meio Ambiente. Como árbitro nos naturais conflitos entre agricultura e ambiente, o presidente assumiu um lado em detrimento do outro. Bolsonaro tem muita razão em prestigiar e investir no agronegócio, um dos orgulhos nacionais e um dos propulsores do desenvolvimento brasileiro. Se não fosse a agricultura, o tombo do PIB na era Dilma Rousseff teria sido muito pior e mais drástico.

O setor responde por 23% do PIB, ou seja, por praticamente um quarto de todos os bens e serviços produzidos no País. Também é responsável por 32% da mão de obra e foi o segundo setor que mais cresceu em 2018, apesar de todas as dificuldades. Além disso, já passou da hora de amplos setores da opinião pública e da academia deixarem de acreditar que a área rural e a agricultura são "atrasadas". A área rural é conservadora em costumes, sim, mas a agricultura, definitivamente, não é atrasada.

As gerações foram se sofisticando, estudando nas melhores escolas, especializando-se mundo afora, investindo nas tecnologias mais up-to-date. Se os padrões modernizaram-se, as condições de trabalho igualmente avançaram muito ao longo das décadas. O Brasil está entre os três maiores exportadores agrícolas do mundo. Logo, é uma potência nessa área e só chegou lá porque trabalha com maquinário, sementes e defensivos agrícolas altamente sofisticados – e que exigem mão de obra proporcionalmente bem capacitada.

Todas essas condições já tão especiais ganharam foco e tendem a ser potencializadas no atual governo. Afinal, a agricultura foi uma das primeiras e mais decisivas áreas a aderir à campanha de Jair Bolsonaro à Presidência da República, no rastro do desencanto do setor e das regiões Sul e Centro-Oeste com o PSDB. Para arrematar, Bolsonaro escolheu para o Ministério da Agricultura a engenheira agrônoma e empresária Tereza Cristina, deputada do DEM de Mato Grosso do Sul e presidente da bancada ruralista.

Tudo muito bem, tudo muito bom, mas nada disso pode significar liberdade para Bolsonaro insistir em imitar Dilma e continuar metendo a colher ora na Petrobrás, ora no Banco do Brasil. Ou bem o governo é liberal, ou bem não é. Não pode dizer uma coisa e o presidente fazer outra. Aliás, fazer uma atrás da outra.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Caixa escolhe bancos para ofertas de BB e Alupar

Coluna do Broadcast

A Caixa Econômica Federal deu o ponta pé na seleção de bancos para emplacar as ofertas de ações do Banco do Brasil e da Alupar, detidas atualmente pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS). Juntas, as operações podem movimentar mais de R\$ 4 bilhões na bolsa brasileira. Bancos de investimento já receberam, a partir de ontem, dia 29, os chamados RFPs (request for proposals, em inglês) para apresentarem as propostas para disputarem um lugar nos sindicatos que vão tocar as ofertas envolvendo as duas companhias. A intenção do banco público, conforme fontes próximas ao processo, é contratar os assessores financeiros até o final da semana para, quem sabe, concluir as operações no mês de maio.

» Inverteu. As ofertas de BB e Alupar devem ocorrer antes do follow on da Petrobras, que já tem bancos mandatados. Esperada para maio, a operação pode ficar para junho, dando tempo para que os papéis se recuperem após a polêmica do diesel. Além disso, pesa o fato de a venda das ações da Petrobras ser mais complexa, com o dobro do valor da soma das ofertas de BB e Alupar.

» Quanto vale? O FI-FGTS detém 2,5% de ações do Banco do Brasil que podem render R\$ 3,4 bilhões, considerando a cotação das ações ontem - isso se a fala do presidente Jair Bolsonaro quanto aos juros do crédito rural não atrapalhar essa oferta também. Da Alupar, o fundo detém 14,05%, que representam cerca

de R\$ 800 milhões, levando em conta a cotação atual dos papéis da empresa. O FI-FGTS pretende vender todos os papéis que detém nas duas companhias.

» Missão dada. Com essas operações, a Caixa avança na missão dada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de reduzir o tamanho do Estado. No início do ano, o banco já se desfez dos papéis do IRB Brasil Re, movimentando R\$ 2,5 bilhões. A meta de Pedro Guimarães, presidente da Caixa, é arrecadar ao menos R\$ 15 bilhões no semestre. Procurada, a Caixa, que gere o FI-FGTS, não comentou. BB e Alupar também não se manifestaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O risco Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro, novo risco para o mercado de capitais, voltou a assombrar os investidores ao derrubar as ações do Banco do Brasil (BB) e dos maiores bancos privados ontem. O novo desastre foi provocado com poucas palavras, pronunciadas na Agrishow, a grande feira do agronegócio realizada em Ribeirão Preto. Aparentemente sem pensar e sem perceber o peso de suas palavras, o chefe de governo dirigiu-se ao presidente do BB, Rubem Novaes: "Apelo, Rubem, para seu coração e patriotismo, que esses juros caiam um pouco mais". Nenhuma taxa caiu, mas em poucos minutos despencaram as ações do maior banco estatal, do Itaú, do Bradesco e do Santander. Se o primeiro forçar a redução dos juros em seus empréstimos, as instituições privadas poderão ter de acompanhar essa política. O raciocínio é fácil, claro e justificado pela história recente de intervenções nas estatais de capital aberto.

Ações da Petrobrás já haviam sido derrubadas algumas semanas antes, quando o presidente da República interveio na empresa para suspender um reajuste do preço do diesel. Conhecida a intervenção, a estatal perdeu num dia R\$ 32,4 bilhões de valor de mercado. Ele nunca mostrou arrependimento nem parece ter aprendido algo com essa experiência. Voltou a intervir de forma atabalhoada e voluntarista na semana passada, ao mandar o presidente do BB suspender uma campanha publicitária e demitir do posto o diretor de Marketing da empresa. O executivo Rubem Novaes obedeceu e apoiou a ação do presidente da República, sem questionar se ele poderia intervir na administração do banco. Se aceitou ordem naquela circunstância, por que alguém acreditaria que deixaria de atender ao "apelo" presidencial por juros mais baixos?

O risco Bolsonaro tem-se manifestado em muitas outras ocasiões, por declarações infelizes e até pela mera omissão do presidente em relação a

assuntos de importância vital, como a reforma da Previdência. Mas ontem o presidente Bolsonaro foi muito além do apelo inoportuno ao dirigente do BB. No mesmo discurso na Agrishow ele reafirmou aos produtores a disposição de atenuar a cobrança de padrões ambientais. Agricultores e pecuaristas podem ter gostado da fala, mas deveriam pensar no assunto com maior cuidado, assim como a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Cada palavra interpretável – meramente interpretável – como compromisso de afrouxamento dos padrões ambientais fortalece o discurso protecionista nos grandes mercados. A política prometida pelo presidente e pelo ministro do Meio Ambiente já tem sido criticada por autoridades estrangeiras. Depois, com ou sem razão, organizações ligadas direta ou indiretamente à agropecuária fazem do ambientalismo um argumento contra a importação ou contra o consumo de produtos brasileiros. A ministra da Agricultura deve saber disso. Deve saber, também, como é fácil passar do ambientalismo para as questões sanitárias.

No mesmo discurso o presidente afirmou estar fazendo "uma limpa no Ibama e no ICMBio". Mencionou também a tramitação, em breve, de um projeto para facilitar o uso de armas pelo produtor para sua defesa dentro da propriedade. Além de falar sobre menos juros, menos fiscalização ambiental e mais armas na propriedade, a estrela principal da abertura da Agrishow citou projetos de obras e sua intenção de visitar a China. A viagem deverá servir para corrigir sua imagem de "inimigo deles", isto é, dos chineses. Essa imagem, disse o presidente, foi "criada pela mídia".

Qual mídia, chinesa ou brasileira? Seria difícil atribuir à mídia da China a intenção de intrigar o governo brasileiro com o de Pequim. Ele se referiu, provavelmente, à brasileira. Mas suas declarações desastradas sobre a China, desde a campanha eleitoral, foram públicas, assim como as de seu ministro de Relações Exteriores. Governos de países muçulmanos, grandes clientes do Brasil, também exibiram desconforto, e nenhum deles acusou a imprensa brasileira. Ou o presidente nega seus atos ou é incapaz de entender as próprias palavras. Qual dessas hipóteses é a mais preocupante?

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Gás litorâneo

Painel S.A.

Enquanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, encontra resistência na burocracia da Petrobras para sua proposta de diminuir a concentração da estatal, reduzindo o preço do gás natural no país, o governo do estado de São Paulo avança com um plano de ampliação da oferta do produto na Baixada Santista. O projeto, que prevê a instalação de um terminal de regaseificação no porto de Santos, passa nesta quarta-feira (30) pelo Consema (conselho paulista do meio ambiente).

Pelo cano

O investimento permitirá o transporte de GNL (gás liquefeito) e a conversão para gás natural, segundo o secretário de infraestrutura e meio ambiente de São Paulo, Marcos Penido.

Mais concorrência

“São Paulo vai entrar na frente do que está sendo discutido em Brasília, de abertura da Petrobras e queda do monopólio. Vai ser com uma alternativa de compra, colocando mais concorrência. É oferta internacional”, diz o secretário.

Nova geração

Penido lembra que o governo de São Paulo também fechou parceria com a iniciativa privada para distribuição de biogás em Presidente Prudente e Pirapozinho. “Não depende de barril de petróleo nem de variação cambial”, diz Penido.

Audio no zap

A paralisação dos caminhoneiros que poderia ter acontecido nesta segunda-feira (29), mas foi suspensa após negociação com o governo na semana passada, ainda foi assunto nos grupos de WhatsApp da categoria durante o final de semana.

Carona

Diante da discordância de alguns membros para que não desembarcassem da greve, nasceram novos grupos. Um motorista criou o “2º Grupo Paralisação 29”.

Infiltrado

Na discussão, houve reclamações de que alguns números de telefone foram excluídos da lista. Segundo um dos administradores do grupo de WhatsApp, havia infiltrados de caminhoneiros rivais.

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/04/2019****Seção: Rio****Autor: FLAVIA JUNQUEIRA****Título: Apagão em hospital**

No Albert Schweitzer, funcionários lutam para salvar vidas às escuras

Foram três horas de muita angústia nos 11 andares do Hospital municipal Albert Schweitzer, em Realengo. Eram 20h09m de domingo e ventava forte no bairro quando todas as luzes do edifício se apagaram. O gerador da unidade entrou em funcionamento, mas, segundo funcionários, por apenas 17 minutos. Cerca de meia hora depois, foi a vez de acabar a carga das baterias portáteis dos aparelhos usados em pacientes que dependem de equipamentos para respirar. O que se seguiu foram momentos de caos — e de esforço heroico das equipes de médicos, enfermeiros e auxiliares. Eles correram para os CTIs e para a emergência, na escuridão, sob lanternas de celular, para manter vivos os pacientes graves que estavam intubados.

Durante mais de duas horas, eles se revezaram no uso de ambus, dispositivos que fazem a ventilação pulmonar manualmente. Quando um profissional não aguentava mais bombear, outro assumia.

— Durante a falta de luz, houve duas paradas cardiorrespiratórias no CTI adulto, mas conseguimos reverter. A enfermagem foi descendo das enfermarias para o CTI para revezar no uso dos ambus. A bateria dos ventiladores mecânicos seria de duas horas, mas não durou nem meia hora. Isso é resultado de material sucateado e falta de manutenção — reclamou uma profissional de enfermagem.

PACIENTE MORRE EM CTI

Se do lado de dentro do hospital, a tensão predominava, do lado de fora, a situação não era muito diferente. Angustiadados, parentes de doentes buscavam em vão notícias. O motorista Reinaldo Martins, de 28 anos, era um dos acompanhava aflito a correria de médicos e enfermeiros e a chegada de ambulâncias, que transferiram os pacientes mais graves durante o apagão, que durou quase três horas. Ele aguardava notícias do pai, o aposentado Reginaldo José da Silva, de 64 anos, internado desde o último dia 8, após sofrer um AVC enquanto andava de bicicleta. Às 3h, funcionários avisaram ao rapaz que o pai não seria levado para outra unidade.

— Pela manhã, me ligaram e corri para o hospital. Disseram que ele morreu às 6h30m. Mas não acredito. Tenho certeza de que ele morreu durante a falta de

luz. Foi muito tempo sem Energia — diz Reinaldo. — Nós o visitamos horas antes da Energia acabar, e o médico disse que ele estava se recuperando bem.

Reinaldo contou ainda que, por volta de 1h30m, viu macas com sacos pretos saindo da emergência:

— Mais gente morreu durante esse apagão. Estava um desesperador. Só pararam quando a imprensa chegou.

Enquanto várias equipes lutavam para manter vivos pacientes, uma outra ajudou uma mãe a dar à luz no breu. Os médicos realizaram um parto normal com a sala iluminada apenas por celulares.

A Secretaria municipal de Saúde afirmou que "em nenhum momento, qualquer aparelho da UTI deixou de funcionar" e que não houve óbitos relacionados à falta de luz. O órgão confirmou que pacientes tiveram que ser transferidos, sem revelar, no entanto, quantos foram. Em nota, disse também que os geradores foram acionados e atuaram durante uma hora. Segundo a secretaria, os aparelhos pararam de funcionar quando entrou água de chuva nos tanques de diesel dos equipamentos. O hospital alugou dois geradores, que seriam instalados ontem à noite.

A Light, por sua vez, informou que a queda de árvores na rede afetou o fornecimento e afirmou que "é importante esclarecer que todos os hospitais devem possuir um gerador para garantir fornecimento ininterrupto de Energia, mesmo quando houver ocorrências na rede da distribuidora".

O Instituto Médico-Legal também foi afetado e ficou sem luz por 17 horas, prejudicando necropsias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: No açougue da Petrobras

Houve uma frustração em setores ligados ao petróleo pela não inclusão do Comperj na lista das oito refinarias que a Petrobras colocou à venda. Esse pessoal esperava uma venda casada — quem comprasse um filet mignon (uma refinaria em funcionamento) teria de levar uma carne com osso (o inacabado Comperj).

Brasil descendo a ladeira

A presidente do Inmetro, Ângela Flores Furtado, cortou em 40% a verba dos Institutos de Pesos e Medidas (Ipems). São esses órgãos estaduais que fazem diretamente, para o Inmetro, a fiscalização de bombas de gasolina ou de bicos de mamadeiras, por exemplo.

Roberto Castello Branco

O presidente da Petrobras teve, por ordem de Bolsonaro, de suspender um aumento do óleo diesel.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/04/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Vítimas de Brumadinho pedirão, em assembleia, paralisação da Vale

Três meses depois da tragédia em Brumadinho, em Minas Gerais, que vitimou mais de 200 pessoas, a Vale realiza hoje sua primeira Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas. No encontro, marcado para as 10h, na sede da empresa em Botafogo, no Rio, os acionistas que formam a Articulação dos Atingidos e Atingidas pela Vale vão apresentar as falhas de gestão da companhia para os outros acionistas da mineradora. O grupo pretende exigir a paralisação das atividades da empresa e pedir a substituição da diretoria da Vale.

— Esses pontos não são novos. Violações e mortes não ocorrem apenas nos desastres de Minas Gerais. São eventos frequentes em todos os locais onde a Vale atua, como é o caso de Carajás — afirma Ana Paula Santos, acionista e integrante da Articulação.

Segundo a associação das vítimas, a Vale vem criando empecilhos para que parentes das vítimas recebam ajuda, seja na obtenção de orientações adequadas nos postos de atendimento como no pagamento de despesas com sepultamento e funeral dos mortos.

Entre as decisões da assembleia está a formação de novo Conselho de Administração da mineradora, que passa a ter 13 membros em vez dos 12 atuais. A empresa vai propor mudanças no modelo de remuneração a seus executivos.

Ontem, a mineradora confirmou o nome de Eduardo Bartolomeo como diretor-presidente da Vale.

MME / ASCOM .